

A IMPORTÂNCIA DO BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DAS FUNDAÇÕES DE APOIO VINCULADAS À UFSC

*THE IMPORTANCE OF THE SOCIAL BALANCE AS AN INSTRUMENT OF TRANSPARENCY IN THE
MANAGEMENT OF SUPPORT FOUNDATIONS LINKED TO UFSC*

Érica de Oliveira PINTO

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
ericadeoliveira.21@gmail.com

Filipy Furtado SELL

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
professor@sellcontabilidade.com.br

Allison Manoel de SOUSA

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
allison.msousa@gmail.com

Sérgio Murilo PETRI

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
smpetri@gmail.com

Recebido em 08/2018 – Aprovado em 12/2018

Resumo

O objetivo do estudo é identificar a Importância do Balanço Social como instrumento de gestão e de transparência no âmbito das entidades do terceiro setor, sob a ótica dos gestores das Fundações de Apoio vinculadas a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Para tanto, adotou-se o uso de dados a partir de questionários aplicados aos gestores das Fundações de Apoio a UFSC. O termo *accountability*, refere-se à transparência nas ações das entidades, ao se tratar do terceiro setor é de crucial importância ao considerar que esse segmento trabalha com doações, subvenções, parcerias e convênios, etc., ao tornar o Balanço Social um instrumento para aumentar a transparência à sociedade acerca de suas ações. Os resultados apontam que os gestores percebem a importância da elaboração do demonstrativo para divulgar as ações sociais, onde a maior parte destes realiza levantamentos dos indicadores ao final do exercício, porém atualmente, nenhuma delas publica o Balanço Social.

Palavras-chave: Balanço social; Terceiro setor; Transparência.

Abstract

The study is being through a series of articles on the management of human resources in the educational sector, from the perspective of the managers of foundations linked to the Federal University de Santa Catarina (UFSC). For that, the use of data adopted from questionnaires applied to the managers of the Foundations of Support to UFSC. The term accountability refers to Transparency in the actions of the entities, in the case of the third sector. It is fundamentally important considering what makes the segment work with subsidies, partnerships, and agreements, etc., becoming the Social Balance of an instrument to increase the transparency of its actions. The indicators indicate that managers are more important for demonstrating the movement for the disclosure of their social actions, where they exercise the greatest importance in updating the exercise, as well as currently, as well as the Social Balance.

Keywords: *Social balance; Third sector; Transparency.*

1 INTRODUÇÃO

O Balanço Social é um relatório que contém todas as atividades de Responsabilidade Social e Ambiental desenvolvidas por uma empresa, como uma maneira de informar a todos que lhe interessar as atividades por ela realizadas. De uma forma mais ampla, pode-se tratar o Balanço Social como uma forma de prestação de contas, na qual demonstra com total transparência os investimentos e ações sociais e a preocupação da empresa com a sociedade (TINOCO, 2002).

Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007) ressaltam que o Balanço Social é utilizado pela Contabilidade no intuito de fornecer aos seus usuários informações úteis, fidedignas e equitativas, de natureza social, que revelam a responsabilidade das organizações perante a sociedade e permitem avaliar os efeitos das atividades empresariais sobre o meio ambiente onde atuam. São evidenciadas diversas

informações com perspectivas diferentes, onde essas podem ser tanto de natureza quantitativa, quanto qualitativa.

No entanto, o Balanço Social não é de publicação obrigatória, Soares et al. (2009) afirma que o Balanço Social não é obrigatório no Brasil, mas é vital para qualquer instituição que queira se firmar num mundo competitivo dos negócios, por se tratar de um instrumento ético e responsável, além de agregar valor ao divulgar a marca da empresa. Por não ter essa obrigatoriedade de publicação, o balanço não segue uma padronização. As empresas têm adotado três modelos mais usuais para a elaboração e divulgação de suas informações sociais. Dentre eles, o mais utilizado é o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Também, há estudos que apresentam a importância da divulgação de informações sociais e ambientais por meio de demonstrações, tais como: o Balanço Social. As demonstrações que contém informações de cunho social já são apresentadas ao público desde as primeiras décadas do século XX em empresas da Grã-Bretanha (MALTBY, 2004) e EUA (HOGNER, 1982).

Outros fatores podem influenciar a divulgação de informações sociais nos demonstrativos, tais como: governança e cultura (HANIFFA; COOKE, 2005). Em complemento, estas informações podem promover a legitimidade das empresas no setor de saúde (MONFARDINI; BARRETTA; RUGGIERO, 2013), e também nas companhias do Sri Lanka (BEDDEWELA; HERZIG, 2013). Além disso, os clientes podem influenciar na apresentação das informações sociais nos demonstrativos das empresas (DARUS, MAD; YUSOFF, 2014)

As pesquisas anteriores foram realizadas em diferentes setores, em que também é importante estudos que considerem organizações sem fins lucrativos, ao apresentar informações de cunho financeiro, social e ambiental. O terceiro setor é importante para as pessoas, principalmente ao levar serviços aos mais necessitados, em que consiste em uma forma para a promoção dos

serviços prestados pelas organizações pertencentes a este setor (BORZAGA; FAZZI, 2014). A partir da incapacidade das instituições públicas de ofertarem serviços a toda população, houve aumento no número de organizações do terceiro setor para fornecer serviços, tais como o de saúde. (THOMSON; FOUBISTER; MOSSIALOS, 2009; DEFOURNY; NYSSSENS, 2010).

O Terceiro setor é composto por entidades não governamentais, essas possuem gestão própria, voluntárias, sem fins lucrativos e legalmente constituídos. No Brasil as fundações e associações são consideradas, pelo art. 44 do Código Civil, como pessoas jurídicas de direito privado, na qual preenchem uma lacuna entre o governo e a iniciativa privada. As ações das entidades de terceiro setor são de interesse público, dessa forma, a transparência na da gestão dessas entidades é de suma importância, principalmente por terem como fonte de recursos as doações, subvenções e contribuições. Nesse contexto, o Balanço Social tem se mostrado uma ferramenta relevante para dar apoio a transparência das atividades desenvolvidas por tal entidade.

Dessa forma, ao corroborar com a ideia anterior, estão inclusas no chamado terceiro setor, as fundações de apoio às universidades, criadas a fim de desenvolver programas, bolsas de pesquisa bem como projetos de pesquisa e extensão, que possam dessa forma colaborar com o crescimento e desenvolvimento da instituição de ensino na qual está inserida. Atualmente a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) conta com apoio de cinco fundações, são elas Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu), Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (Feesc), Fundação de Pesquisas Socioeconômicas (Fepese), Fundação José Arthur Boiteux (Funjab) e Fundação Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras (Certi), essas que são o enfoque do presente artigo.

O objetivo do estudo procura identificar a importância da elaboração do Balanço Social, como forma de transparência dos indicadores sociais da entidade, ou mesmo o levantamento de tais dados ao final de cada exercício, sob a

percepção dos gestores das fundações que compõem a UFSC.

Dessa forma, o estudo justifica-se pela transparência das informações que podem ser divulgadas à sociedade através da publicação do Balanço Social. Principalmente ao se tratar de entidades do terceiro setor, que recebem muitas doações e contribuições da própria sociedade, fato que reforça a necessidade de demonstrar a aplicação desses recursos, até mesmo como forma de prestação de contas aos mesmos. (RENGEL et al. 2012).

Segundo Rengel et al. (2012), saber a percepção dos gestores de entidades do terceiro setor, quanto ao Balanço Social, bem como as práticas sociais da sua entidade, poderá contribuir para a expansão do tema e discussões entre outras entidades que podem passar a repensar uma futura elaboração do Balanço Social. Pinto e Ribeiro (2004) acreditam que a divulgação das ações sociais de uma organização é de grande relevância, não somente para o público, mas também para a própria entidade que as divulga, ao salientar que a divulgação do demonstrativo elaborado com informações íntegras e fidedignas, torna-se um instrumento que proporciona um melhor relacionamento com a sociedade e conseqüentemente, melhora a imagem da entidade.

Diante desse contexto, a estrutura deste estudo está dividida em cinco seções: (i) introdução; (ii) referencial teórico; (iii) metodologia; (iv) resultados e discussão, e por fim; (v) conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, neste capítulo, são verificados os itens onde se concentram materiais que servem de apoio para o problema abordado, estes, separados em três grupos de relevância destacado para o estudo. Primeiramente uma abordagem geral da contabilidade, estudo e relevâncias, com enfoque na geração de informações e necessidade da divulgação das mesmas, ao seguir para a formação de demonstrativos contábeis e relatórios gerados a

partir dessas informações. Por fim, o Balanço Social, demonstrativo que ilustra todas as atividades sociais exercidas pela entidade em determinado período.

2.1 Informação Contábil

A contabilidade busca, por meio do registro, resumo, classificação e quantificação de dados, a interpretação dos fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de um ente, seja pessoa física ou jurídica, empresas de direito público ou entidades sem fins lucrativos, que são o escopo do presente estudo. As informações geradas pela Contabilidade devem propiciar aos seus usuários base segura para as suas decisões (CFC, 1995).

A Ciência Contábil tem por objeto de estudo, o patrimônio e suas variações, na qual se utiliza de informações e interpretação das mesmas, para a geração de resultados, que podem ser divulgados a partir de demonstrações, relatórios, planilhas, entre outros, para auxílio na tomada de decisão (HENDRIKSEN et al. 2009). Em complemento, Bushman e Smith (2001) enfatizam que as informações da contabilidade financeira consistem em um dos produtos da contabilidade corporativa e dos sistemas de demonstrativos externos, em que medem e divulgam os dados quantitativos, auditados, sobre a posição patrimonial da entidade. Também, a informação contábil é importante, apresentados em forma de demonstrativos, para a tomada de decisão dos gestores da entidade (HORNGREN et al., 2002)

O CFC (2011, p. 12) define informação contábil relevante, como aquela que é capaz de fazer a diferença numa decisão por auxiliar os usuários na previsão dos resultados de eventos passados, presentes e futuros, ou na confirmação ou correção de expectativas anteriores. A partir dessas definições, o CFC (2011 p.12) orienta que uma informação contábil é relevante no momento em que ela possui: (i) valor preditivo, na medida que auxilie o usuário na previsão dos efeitos de determinado evento; (ii) valor confirmatório, que possibilita a correção ou confirmação de avaliações anteriores, ou ambos.

Tem-se ainda, a materialidade, que é um aspecto da relevância, em que isso pode afetar a relevância das informações.

A representação fidedigna de uma informação requer três atributos (i) completa: incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno retratado; (ii) neutra: desprovido de viés na seleção ou na apresentação da informação contábil; (iii) livre de erros: significa que não há erros ou omissões no fenômeno retratado. (CFC, 2011, p.13). Salienta-se que livre de erros, não significa exatidão completa, mas sim que os melhores pressupostos com base em informações disponíveis foram utilizados para gerar a informação.

Para as características de melhoria, temos a comparabilidade; a verificabilidade, que pode ser feita por contagem ou sistema; a tempestividade, que consiste em uma informação disponível em tempo adequado para o auxílio dos usuários; e por fim, a compreensibilidade, que exige clareza e concisão das informações (CPC 00 (R1)).

No contexto de informação contábil, existe o enfoque da prestação de contas, ou accountability, ao evidenciar como a contabilidade pode e deve enriquecer a informação que reporta aos seus usuários, que buscam informação plena e justa.

2.1.1 Relatórios Contábeis

Os relatórios contábeis, também chamados de demonstrativos contábeis, são a forma de apresentação mais prática e resumida que a Ciência Contábil tem para apresentar os dados sobre a situação econômico-financeira de uma empresa em determinado período. É através de tais relatórios, que a contabilidade repassa aos gestores uma visão apurada da situação da empresa, ao considerar a relação com seu patrimônio e as atividades por ela desenvolvidas.

Esses relatórios distinguem-se para fim de padronização dos resultados da entidade no final de seu exercício social, em obrigatórios e não obrigatórios. Os não obrigatórios, embora não sejam exigidos por lei, devem ser elaborados e

praticados para fim de transparência e tomada de decisão. No Brasil, as informações contidas nos relatórios financeiros são evidenciadas conforme o que estabelece a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) atualizada, especificamente em seu artigo 176, que trata da distinção dos demonstrativos obrigatórios e não obrigatórios.

As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pelas entidades sem finalidade de lucros, são tratadas na Resolução 1.409/12, e são elas: balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

A elaboração de tais demonstrativos no terceiro setor possui algumas peculiaridades nas definições e conceitos, como a denominação da conta Capital, no balanço social, deve ser substituída por Patrimônio Social, as palavras de lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit do período. Nas notas explicativas devem constar as informações de gratuidades concedidas, serviços voluntários obtidos, bem como trata a Resolução 1.409/12 em seus itens 23 e 24. Nesse segmento de informações de cunho social, entraremos no seguinte tópico, ao abordar justamente o demonstrativo que abrange todas essas informações sociais da entidade.

2.2 Balanço Social

Com o desenvolvimento da economia mundial surgiram novos anseios da sociedade, que passou a exigir certos padrões de qualidade e responsabilidade social e ambiental, dessa forma, fez com que as empresas implementassem alternativas para atender a essas demandas. Segundo Azevedo e Cruz (2006), esses dados, até então consideradas irrelevantes, passam a contribuir para o desenvolvimento sustentável, ao utilizar como instrumento para divulgar essas informações o Balanço Social, no qual é possível apurar as relações da entidade com os seus

colaboradores, com a comunidade e com o meio ambiente.

O Balanço Social é uma ferramenta que reúne tanto informações contábeis quanto sociais, ambientais e do desempenho das entidades e as demonstra de forma clara e transparente, aos mais diferentes usuários (TINOCO, 2004). A afirmação corrobora com a ideia já exposta anteriormente, na qual o indivíduo consumidor é cada vez mais exigente quanto aos padrões de responsabilidade social das empresas. Essa responsabilidade por parte das empresas pode ser divulgada aos consumidores através do Balanço Social.

Esse demonstrativo consiste também em uma ferramenta gerencial, que evidencia dados qualitativos e quantitativos, na qual favorece análises para possíveis melhorias na estrutura organizacional da entidade. Configura-se como uma ferramenta capaz de mostrar com clareza informações socioeconômicas e financeiras acerca da atuação da entidade com o meio social. (KROETZ, 1999).

Segundo Iudícibus e Marion (2001) o Balanço Social é um relatório que contém dados que permitem identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, bem como a sua relação com os empregados, os retornos que os mesmos recebem da entidade e as possibilidades de desenvolvimento pessoal. Também demonstra sua forma de interação com a comunidade e o meio ambiente.

Embora não existam estudos que apresentaram, o modelo de Balanços Social mais utilizado pelas empresas é o modelo do IBASE, que foi fundado pelo então presidente da instituição, Herbert de Souza, com o intuito de as empresas aderirem à elaboração e divulgação voluntária de seus indicadores sociais. Segundo o IBASE (2008), a finalidade de um modelo de balanço social permite a comparabilidade entre os períodos e empresas, sem perder as principais características, em que a simplicidade e fácil compreensão. Também, um modelo padronizado é consituído a partir de informações quantitativas sobre os investimentos financeiros, sociais e ambientais (IBASE, 2008).

Esse modelo tem foco nos indicadores financeiros dos investimentos das empresas, apresenta as informações de forma sintética o que facilita a sua elaboração. O modelo IBASE atual está dividido em: Base de Cálculo, Indicadores Sociais Internos, Indicadores Sociais Externos, Indicadores Ambientais, Indicadores do Corpo Funcional, Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial e Outras Informações (IBASE, 2008).

Em 1998, o IBASE lançou o selo Balanço Social/Betinho, que se trata de uma certificação conferida pelo Instituto anualmente, ao verificar se as empresas que aderiram ao modelo publicam o demonstrativo conforme a metodologia e critérios propostos. Através dessa certificação a empresa pode divulgar o selo IBASE em seus anúncios, ao demonstrar que se compromete com a qualidade de vida dos funcionários, da comunidade e do meio ambiente.

2.2.1 Contexto do Balanço Social no Terceiro Setor

A cultura das empresas brasileiras foi gradativamente modificada com o passar dos anos em virtude do fortalecimento do terceiro setor. As características básicas desse chamado terceiro setor, composto pelas entidades sociais, são, de acordo com CFC (2007): o desenvolvimento de ações voltadas ao bem-estar comum; não terem finalidades lucrativas; adotarem personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associação ou fundação); terem suas atividades financiadas pelo primeiro setor (governo) por meio de subvenções e pelo segundo setor (empresas) por meio de doações, ou ainda por pessoas físicas; todo o resultado econômico é aplicado nos fins sociais a que se destinam.

Ressalta-se que, atualmente existe uma grande diversidade de entidades que compõem o terceiro setor, de forma que, deixa evidenciada a importância desse segmento na sociedade. Ao se tratar de um setor tão demasiadamente voltado a suprir às necessidades sociais dos indivíduos em que está instalada, fica mais evidente a

necessidade de demonstrarem transparência das ações que realizam. Salienta-se que muitas dessas entidades do terceiro setor, sobrevivem e financiam suas atividades, através de doações, subvenções, parcerias e convênios além possuírem isenção e imunidade tributárias. Diante do exposto, a gestão requer ainda mais transparência e prestação de contas.

2.3 Estudos Anteriores

Os relatórios que apresentam informações sociais e ambientais das companhias, em que estes são apresentados desde as primeiras décadas do século XX, na qual as divulgações destas informações no século XXI é um reflexo de um novo relacionamento entre as companhias e a sociedade (MALTBY, 2004). Outros estudos verificaram o papel das demonstrações que apresentam informações quanto ao social e ambiental em diferentes áreas.

Haniffa e Cooke (2005) verificaram os efeitos da cultura e governança corporativa nas divulgações sociais das empresas da Malásia, os resultados apontam que os conselhos dominados por diretores malaios e no momento em que os proprietários das ações são estrangeiros apresenta relação positiva as informações divulgadas nos demonstrativos sociais. De forma concomitante, o estudo de Monfardini, Barretta e Ruggiero (2013), ao considerar as empresas do setor de saúde, apresentam que as informações contidas nas demonstrações sociais podem promover a legitimidade das companhias.

Em uma pesquisa com 18 gerentes de distintas companhias do Sri Lanka, foi verificado que o engajamento na divulgação de relatórios ambientais e sociais teve como causa a necessidade em obter legitimidade quanto aos acionistas (BEDDEWELA; HERZIG, 2013). O estudo de Darus, Mad e Yusoff (2014), demonstram que os clientes são os principais interessados e podem influenciar nos relatórios sociais das instituições financeiras da Malásia, mas devido a estrutura concentrada deste setor, pode-se ter prejuízos às demonstrações com informações sociais.

A pesquisa elaborada por Pinto e Ribeiro (2004) contemplou as oito maiores empresas industriais privadas de Santa Catarina que publicaram Balanço Social. Puderam verificar a ausência de informações relevantes, como o fato de nenhum dos indicadores de recursos humanos terem sido utilizados pelas empresas analisadas. Já em relação ao Balanço Social, observou-se a falta de informação sobre as obrigações já assumidas e os contingentes. Em relação aos benefícios à sociedade, somente três empresas evidenciaram indicadores da sua contribuição para o desenvolvimento social.

Souza e Pacheco (2007) buscaram verificar se o Balanço Social atende aos objetivos a que se propõe na metodologia do IBASE. Através das análises, concluem que as informações extraídas do relatório podem ser consideradas interessantes, mas são pouco relevantes para cumprir os objetivos propostos pela literatura e, portanto, o modelo de Balanço Social proposto pelo IBASE precisa evoluir para que tais objetivos possam ser atendidos.

O estudo desenvolvido por Rengel *et al.*, (2012) buscou identificar a percepção dos gestores das APAES da região do Alto Vale do Itajaí/SC, quanto a importância da elaboração e divulgação do Balanço Social. Os resultados demonstram que os respondentes percebem a importância da divulgação de suas informações sociais, também fazem o levantamento de tais informações, porém a maioria não publica o Balanço Social. Bem como o objetivo e resultado do presente estudo, nota-se que apesar de os gestores considerarem o demonstrativo como um instrumento de transparência à sociedade, a sua publicação ainda é pouco significativa

Martins *et al.* (2013) desenvolveram um estudo com o objetivo de verificar a aplicabilidade do Balanço Social em uma Instituição de Ensino Superior, desenvolvida a partir da metodologia desenvolvida pelo IBASE. A instituição de ensino foi a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e através das análises do Balanço Social, concluiu-se que a instituição está em fase de expansão, porém deve tomar cuidado com as necessidades acessórias.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao considerar o objetivo proposto, esse estudo consiste de uma pesquisa descritiva, uma vez que busca identificar e analisar as percepções dos gestores das fundações de apoio a UFSC sobre a importância do Balanço Social. O estudo de caso descritivo, segundo Yin (2005) é utilizado para descrever uma intervenção e o contexto na vida real em que o fato ocorre. Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa de levantamento. A abordagem da questão-problema do estudo refere-se a uma pesquisa quantitativa. Os dados são coletados e tabulados com o objetivo principal de identificar a visão, as opiniões e compreensão dos respondentes quanto ao tema do presente artigo.

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se de um questionário, encaminhado via endereço eletrônico (*e-mail*) aos gestores das cinco Fundações de Apoio a UFSC, são elas: Fapeu, Feesc, Fepese, Funjab e Certi, bem como citado anteriormente. O questionário foi composto por questões de múltipla escolha e também questões abertas sobre o tema em estudo. Esse questionário foi adaptado do estudo de Rengel *et al.*, (2012), com o intuito de avaliar qual a percepção dos gestores das Fundações de Apoio a UFSC sobre a importância do Balanço Social. A amostra final contou com três questionários respondidos. Visto que duas das cinco fundações não tiveram interesse em participar da pesquisa.

Para adaptação do questionário, tomou-se por base o modelo de Balanço Social apresentado pelo IBASE (2008) para as entidades sem fins lucrativos. A tabulação dos dados seguiu a ordem do questionário, em que foram agrupadas as respostas por meio de tabelas. Em momento posterior, realizou-se a análise descritiva dos dados coletados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente identificaram-se as entidades respondentes, ao questionar sobre características comuns, como: isenção da cota patronal do INSS,

Tabela 1: Levantamento e publicação de indicadores sociais

4. Quais procedimentos que a Entidade adota ao final de cada ano, em relação aos seus indicadores sociais?	
Faz um levantamento dos seus indicadores sociais, mas não os publica.	1
Faz um levantamento de seus indicadores sociais e os publica de alguma forma que não seja o Balanço Social.	2
Faz um levantamento de seus indicadores sociais e os publica na forma de Balanço Social.	0
Não faz levantamento dos seus indicadores sociais.	0

Fonte: Dados da pesquisa

natureza jurídica, etc. Entre as respostas obtidas, identifica-se que as entidades pesquisadas não possuem a isenção da cota patronal do INSS e configuram-se como entidades de utilidade pública estadual e municipal.

Na sequência, questionou-se sobre características do respondente, quanto a função/cargo, tempo de serviço na entidade e sua escolaridade. Os resultados apontam que, um dos respondentes exerce a função de administrador da fundação, já os outros dois exercem a função de superintendente. A considerar o tempo de serviço na entidade, os respondentes, tem, em média, 9,3 anos; em que o maior tempo de serviço é 15 anos. Quanto o nível de escolaridade destes, todos os profissionais possuem curso superior concluído, em que um possui a titulação de mestrado e um dos respondentes de doutorado.

Na terceira pergunta do questionário, iniciou-se a abordagem específica sobre o tema Balanço Social, onde se questionou a quantidade de colaboradores da entidade. A média de colaboradores por entidade é de 64,67 em que a menor quantidade é de 7 colaboradores e maior quantidade é de 100 colaboradores. Em relação ao número de colaboradores de uma entidade, é importante considerar está variável para corroborar com as demais respostas. Embora o número de colaboradores não se enquadre como parâmetro para avaliar a responsabilidade social de uma entidade, subentende-se que quanto maior a quantidade de funcionários que trabalham em uma organização, mais complexa é sua gestão.

A quarta questão teve como finalidade identificar quais os procedimentos que a entidade adota no final de cada ano, em relação aos seus indicadores sociais. Os resultados constam na Tabela 1.

A partir das respostas obtidas, percebe-se que todas as fundações realizam levantamento dos seus indicadores sociais ao final de cada exercício anual. Uma destas entidades realiza o levantamento anual, mas não publica as informações para usuários externos. Diferentemente das outras duas entidades, em que os dados levantados ao final do exercício são publicados ao público externo, mas em outro demonstrativo, que não consiste no Balanço Social.

Já a quinta questão do instrumento de pesquisa buscou identificar, sob a ótica dos gestores, as razões que levam as entidades a incorrerem em alguns tipos de gastos e/ou investimentos com seus empregados. No questionário o respondente poderia escolher um, entre quatro motivos pré-definidos: não investe, investe em virtude de lei, investe interessada em maior retorno ou investe preocupada com o bem-estar social. Os resultados quanto a esta questão são apresentadas na Tabela 2.

Segundo a maior parte dos respondentes, os gastos/investimentos com funcionários, quando existentes, são justificados pela preocupação da entidade com o bem-estar social dos seus colaboradores. Em relação aos gastos com capacitação e desenvolvimento profissional, 64% dos gestores esperam em obter maior retorno para suas atividades com esse investimento.

Tabela 2: Motivos de gastos e/ou investimentos com funcionários (Indicadores sociais internos)

5. Quais os motivos que levam as entidades a incorrerem em alguns tipos de gastos e/ou investimentos com empregados. Escolha um, entre os quatro motivos pré-definidos para cada indicador.

Indicadores Sociais Internos	Não investe	Investe em virtude da lei	Investe interessada em maior retorno	Investe preocupada com o bem-estar social	Total
Alimentação	***	***	***	100%	100%
Educação	32%	***	32%	32%	100%
Capacitação Profissional	32%	***	64%	***	100%
Creche ou Auxílio Creche	64%	32%	***	***	100%
Saúde	32%	***	***	64%	100%
Transporte	***	64%	32%	***	100%
Bolsas/Estágios	***	***	32%	64%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Também, é válido ressaltar que, a maior parte dos respondentes afirmaram não investir/gastar em auxílio-creche, no momento em que foi analisado este indicador, destaca-se quanto a alta proporção de não investimento por parte das fundações. Isso pode ser justificado devido ao foco das entidades que participaram deste estudo. Já o indicador que teve o maior índice percentual na motivação de investimento em virtude da lei foi o transporte, por 64% dos gestores. Em continuidade, as três fundações analisadas investem, isto é, 100% das entidades pesquisadas, a partir da preocupação com o bem social, na alimentação.

Em complemento, a questão seis tinha por objetivo identificar os motivos que levam as entidades a incorrerem em alguns tipos de gastos e/ou investimentos com a sociedade em geral (comunidade). As alternativas para os respondentes eram as mesmas da questão anterior: não investe, investe em virtude de lei, investe interessada em maior retorno ou investe preocupada com o bem-estar social. As respostas desta questão contam na Tabela 3.

Diferentemente da questão anterior, onde a maioria dos gastos/investimentos são motivados pelo bem-estar social, nesta pode-se observar, que os gastos/investimentos com projetos e

ações para a comunidade, em sua maioria, inexistem. Dessa forma, o motivo pré-fixado que obteve maior relevância em valores percentuais nas respostas obtidas, foi que as entidades não investem na maior parte dos indicadores. Nota-se, que as fundações que apresentam maiores investimentos a partir de preocupações com o bem-estar social, principalmente quanto ao meio ambiente e saúde/saneamento, ambos com 64%, seguidos pela educação e direito de pessoas com necessidades especiais, com 32%.

Ainda na sexta questão, uma das fundações respondentes, informou que atualmente o investimento nesse âmbito social externo, é pouco explorado, porém, que em períodos anteriores tinha-se investimentos em projetos sociais e culturais, e ainda, que têm interesse em retomar com tais investimentos futuramente.

Já na sétima questão, verificou-se a percepção dos gestores sobre a importância da publicação do Balanço Social. Dessa forma, os respondentes avaliaram o grau de necessidade de publicação do Balanço Social da entidade para grupos de interesse. Para essa questão havia cinco possibilidades de respostas: extremamente necessário, necessário, sem efeito, desnecessário e totalmente desnecessário. As respostas para essa questão podem ser visualizadas na Tabela 4.

Tabela 3: Motivos de gastos e/ou investimentos com a sociedade (Projetos, ações e contribuições)

5. Quais os motivos que levam as entidades a incorrerem em alguns tipos de gastos e/ou investimentos com a sociedade (comunidade). Escolha um, entre os quatro motivos pré-definidos para cada indicador.

Projetos, ações e contribuições para a sociedade	Não investe	Investe em virtude da lei	Investe interessada em maior retorno	Investe preocupada com o bem-estar social	Total
Inclusão digital	100%	***	***	***	100%
Meio ambiente	***	***	32%	64%	100%
Educação popular/alfabetização	64%	***	***	32%	100%
Direito de pessoas com necessidades especiais	***	64%	***	32%	100%
Segurança alimentar/combate à fome	100%	***	***	***	100%
Educação infantil/creches comunitárias	100%	***	***	***	100%
Saúde e saneamento	***	***	32%	64%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 4: Avaliação da necessidade de publicação do Balanço Social

7. Avalie o grau de necessidade de publicação do Balanço Social da empresa para grupos de interesse relacionados.

Grupos de Interesse	Extremamente necessário	Necessário	Sem Efeito	Desnecessário	Totalmente desnecessário	Total
Comunidade onde a entidade está instalada	32%	32%	32%	***	***	100%
Governos	***	64%	32%	***	***	100%
Clientes	32%	64%	***	***	***	100%
Gerentes/ Administradores	32%	32%	32%	***	***	100%
Empregados	***	100%	***	***	***	100%
Sindicatos	***	32%	64%	***	***	100%
Organizações Ambientais	***	100%	***	***	***	100%
Instituições Financeiras	32%	32%	32%	***	***	100%
Fornecedores	***	***	100%	***	***	100%
Concorrentes	***	***	100%	***	***	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se a partir das respostas que a maior parte dos respondentes consideram que é necessária a publicação do Balanço Social para todos os grupos de interesse relacionados, exceto

fornecedores e concorrentes, que segundo os gestores, não exerce efeito. As respostas oscilaram principalmente entre necessário e sem efeito. Não julgaram desnecessária nem

totalmente desnecessária a publicação do Balanço Social, para nenhum dos grupos. No entanto, ainda que a necessidade da publicação do Balanço Social seja evidente nas respostas dos sujeitos da pesquisa, nenhuma das fundações, publica o Balanço Social, conforme os resultados apresentados na Tabela 1.

Ao considerar a sétima questão, avaliou-se o grau de necessidade de publicação do Balanço Social por grupos de interesse listados. Em complemento, na questão de número oito, os gestores avaliaram o grau de influência que esses grupos exercem sobre a entidade para a publicação do Balanço Social. Uma das fundações da amostra não respondeu à questão, por acreditar que, como não publicam o Balanço Social. As respostas são apresentadas na Tabela 5.

Os resultados apontam que os grupos de interesse que mais exercem influência para que a entidade publique o seu Balanço Social são: comunidade em que está instalada, clientes e empregados, com 100% da avaliação. Por outro lado, os grupos que menos exercem influência são os concorrentes em sua totalidade, seguidos pelo governo, instituições financeiras e

fornecedores, ambos com 50%.

A última questão da pesquisa solicitou aos respondentes que relacionassem as ações sociais praticadas pelas entidades no ano de 2015 e discorressem sobre o questionário realizado e/ou sobre o Balanço Social. Em relação às ações sociais praticadas no ano de 2015, foram citadas diversas atividades, no qual é possível evidenciar as ações sociais realizadas pela entidade.

Ao considerar estas atividades, foram citadas algumas ações, tais como a campanha de vacinação da gripe H1N1 para colaboradores; campanha de outubro rosa e novembro azul para conscientização e prevenção de câncer, direcionada tanto para colaboradores da fundação, como sociedade; projeto recicla que visa promover a coleta seletiva de resíduos sólidos e o descarte adequado dos mesmos; projeto dia “D”, evento que consiste em uma feira de empregos destinado a pessoas com deficiências e reabilitados. Quanto à abordagem específica do tema, ambos os respondentes disseram compreender a importância da elaboração e divulgação do Balanço Social e também evidenciaram que visam à possibilidade

Tabela 5: Avaliação da influência para a publicação do Balanço Social

8. Avalie o grau de influência que esses grupos exercem sobre a entidade para que a mesma publique o Balanço Social.

Grupos de Interesse	Sem Influência	Fraca Influência	Alguma Influência	Muita Influência	Forte Influência	Total
Comunidade onde a entidade está instalada	***	***	50%	***	50%	100%
Governos	50%	***	***	50%	***	100%
Clientes	***	***	50%	50%	***	100%
Gerentes/ Administradores	***	100%	***	***	***	100%
Empregados	***	***	100%	***	***	100%
Sindicatos	***	100%	***	***	***	100%
Organizações Ambientais	***	50%	50%	***	***	100%
Instituições Financeiras	50%	***	***	50%	***	100%
Fornecedores	50%	***	50%	***	***	100%
Concorrentes	100%	***	***	***	***	100%

Fonte: Dados da pesquisa

de uma futura elaboração.

A partir das respostas obtidas, é possível afirmar que, apesar de nenhuma das entidades pesquisadas publicarem seu Balanço Social todas as fundações exercem ou já exerceram ações sociais, voltadas tanto para seus colaboradores internos, quanto para a sociedade. Dessa forma, corrobora com os estudos de Tinoco (2004) e Rengel *et al.* (2012), na qual concluem que o fato de as instituições não publicarem o demonstrativo, torna-o pouco significativo. Apesar de ser um demonstrativo de fácil compreensão, que demonstra as informações de interação da entidade com o meio em que está inserida, nota-se pouca aderência das instituições quanto a sua elaboração.

De modo geral, os resultados demonstram que os gestores têm visão da importância do Balanço Social como instrumento de transparência de suas ações à sociedade, ao corroborar com estudos anteriores (PINTO e RIBEIRO, 2004; SOUZA e PACHECO, 2007; RENGEL *et al.*, 2012; MARTINS *et al.*, 2013).

5 CONCLUSÃO

As Fundações de apoio as universidades, estão em sua maioria enquadradas no segmento de Terceiro Setor, na qual exercem ações de interesse público, muitas vezes subsidiadas por doações, contribuições de voluntários, entre outras. Por esse motivo, essas entidades necessitam manter a transparência das suas ações para prosseguir com suas atividades.

Nesse contexto, a utilização de um demonstrativo que reúne todas as ações sociais realizadas pela entidade em um período de tempo, como o Balanço Social torna-se interessante, uma vez que essas informações são divulgadas como forma de transparência, aos colaboradores e comunidade na qual a entidade está inserida.

Diante disso, este estudo objetivou analisar a importância da elaboração do Balanço Social, sob a ótica dos gestores das Fundações de Apoio vinculadas à UFSC. Para tanto, desenvolve-se um

questionário que foi encaminhado a cinco fundações que compõe a UFSC, em que a amostra do estudo foi composta por três destas entidades.

A partir dos achados desta pesquisa, verificou-se que as três entidades realizam o levantamento nos períodos anuais, mas apenas duas publicam as informações para o público externo, por meio de outro demonstrativo que não seja o Balanço Social. Em complemento, as entidades realizam investimentos em virtude da legislação vigente, bem como no bem-estar social.

Ao considerar as ações realizadas ao visar o bem-estar social, os achados demonstram que as entidades realizaram atividades direcionadas as seguintes áreas: saúde, saneamento básico e assistência a pessoas com deficiência e reabilitados.

Nesse sentido, a divulgação das ações realizadas por estas entidades tem influência por grupos de interesses, especialmente, os clientes e empregados destas, além da comunidade da localidade onde a fundação está instalada.

Desse modo, as entidades possuem informações suficientes para elaborar o Balanço Social, mas não a publicam, embora a divulgação destas informações é importante para a transparência das ações realizadas por estas.

Também, verificou-se que os gestores compreendem a importância da divulgação do Balanço Social e sua relevância a partir das informações divulgadas para o público externo, ao corroborar com achados de estudos anteriores. Assim, percebe-se quanto a transparência das ações desenvolvidas por estas fundações.

A partir disso, recomenda-se para pesquisas futuras, a replicação em fundações de outras localidades e com ampliação do horizonte da amostra, fazendo com que se possa analisar de forma mais detalhada a partir da visão de um grupo maior de gestores, conseqüentemente ao agregar como forma de divulgação do tema para que as entidades repensem a elaboração do Balanço Social no Terceiro Setor.

REFERÊNCIAS

_____. Resolução CFC n. 785/95. Aprovação da NBC T 1: Das características da informação contábil. 1995. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1995/000785>. Acesso em: 08 Jun. 2016.

_____. Resolução CFC nº 1.409/12. Brasília, 2012. Aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/001409>. Acesso em: 08. Jun. 2016.

_____. Resolução CFC nº. 1.374/11. Da nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/04/NBC_TG_COMPLETAS03.2013.pdf> Acesso em: 08. Jun 2016. Brasília, 2011

AZEVEDO, T. C.; CRUZ, C. F. Balanço Social como Instrumento para Demonstrar a Responsabilidade Social das Entidades: Uma Discussão Quanto à Elaboração, Padronização e Regulamentação. Trabalho classificado em 3º lugar e apresentado na 53ª Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro – 2006.

BEDDEWELA, E.; HERZIG, C.. Corporate social reporting by MNCs' subsidiaries in Sri Lanka. In: Accounting Forum. Elsevier, 2013. p. 135-149.

BORZAGA, C.; FAZZI, L.. Civil society, third sector, and healthcare: the case of social cooperatives in Italy. *Social science & medicine*, v. 123, p. 234-241, 2014.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404/consol.htm>. Acesso em: 09. Jun. 2016.

BUSHMAN, R. M.; SMITH, Abbie J. Financial accounting information and corporate governance. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1-3, p. 237-333, 2001.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos Técnicos do Comitê de

Pronunciamentos Contábeis: Disponível em: <www.cpc.org.br> Acesso em: 18. Jul. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social. Ed 2007. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Manual_procedimento_s2008.pdf>. Acesso em: 05. Jun.2016.

DARUS, F.; MAD, S.; YUSOFF, H.. The importance of ownership monitoring and firm resources on corporate social responsibility (CSR) of financial institutions. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, v. 145, p. 173-180, 2014.

DEFOURNY, J.; NYSENS, M.. Social enterprise in Europe: At the crossroads of market, public policies and third sector. *Policy and society*, v. 29, n. 3, p. 231-242, 2010.

HANIFFA, R. M.; COOKE, T. E. The impact of culture and governance on corporate social reporting. *Journal of accounting and public policy*, v. 24, n. 5, p. 391-430, 2005.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Teoria da Contabilidade. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HOGNER, R. H. Corporate social reporting: eight decades of development at US Steel. *Research in Corporate Performance and Policy*, v. 4, n. 1, p. 243-250, 1982.

HORNGREN, C. T.; BHIMANI, A.; DATAR, S.M.; FOSTER, G.; Management and cost accounting. Harlow: Financial Times/Prentice Hall, 2002.

IBASE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Legislação. Disponível em: <<http://ibase.br/pt/prestando-contas/balanco-social>>. Acesso em 19. Jun.2016.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. Dicionário de Termos de Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2001.

KROETZ, C. E. S. Contabilidade social. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília: nº 120. nov./dez. 1999.

MALTBY, J.. Hadfields Ltd: its annual general meetings 1903–1939 and their relevance for contemporary corporate social reporting. *The*

British Accounting Review, v. 36, n. 4, p. 415-439, 2004.

MARTINS, A. S. R.; QUINTANA, A. C.; JACQUES, F. V. S.; MACHADO, D. P. O balanço social como um instrumento de informação para a sociedade: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande. Revista Contemporânea De Contabilidade (RCC). UFSC, Florianópolis, v.10, n.19, p.49-70, jan./abr., 2013.

MAZZIONI, S.; TINOCO, J. E. P.; OLIVEIRA, A. B. S. Informações evidenciadas no Balanço Social: As percepções dos gestores de forma comparada com a literatura. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 1, n. 7, p. 61-80, jan./jun. 2007.

MONFARDINI, P.; BARRETTA, A. D.; RUGGIERO, Pasquale. Seeking legitimacy: Social reporting in the healthcare sector. In: Accounting Forum. Elsevier, 2013. p. 54-66.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. S. Balanço Social: Avaliação de Informações Fornecidas por Empresas Industriais Situadas no Estado de Santa Catarina. Revista Contabilidade e Finanças - USP, São Paulo, n. 36, p. 21 - 34, setembro/dezembro, 2004.

RENGEL, S. et al. Importância do balanço social para as entidades do terceiro setor sob a ótica dos gestores das APAES da região do Alto Vale do Itajaí/SC. Pensar Contábil, v. 14, n. 53, p. 5-15, 2012.

SOARES, S. V. et al. Balanço Social: Um estudo de caso de uma empresa do ramo de energia elétrica. In: V Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, D. C.; PACHECO, V. O Balanço Social atende aos objetivos a que se propõe? Congresso de controladoria e contabilidade da USP, 7, 2007. São Paulo. Anais. São Paulo/SP: USP, 2007. Disponível em:
<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos72007/123.pdf>. Acesso em: 20 Jul. 2016.

THOMSON, S. FOUBISTER, T; MOSSIALOS, E.. Financing health care in the European Union: challenges and policy responses. World Health Organization, 2009.

TINOCO, J. E. P. Balanço Social: Balanço da transparência corporativa e da concertação Social. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, ano XXXI nº 135, p 57 – 73, maio/junho 2002.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, E. P. Contabilidade e Gestão Ambiental. São Paulo: Atlas, 2004.

YIN, R.K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.